

## TERRITÓRIO E CULTURA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES SOBRE O MODELO SÓCIO-POLÍTICO DE URBANIZAÇÃO

Rodrigo Aparecido Diniz<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho realiza aproximações com conceito de território e as determinações de cunho histórico, político, econômico, social e cultural que perpassam a construção e reconstrução do espaço urbano brasileiro. Traça conexões com as categorias cultura e história como vetores indissociáveis a compreensão do espaço enquanto *lócus* tecido e mediado pelas relações sociais. Pois, o território não é inerte, ao contrário, está se movimentando, transformando e metamorfoseando-se de acordo com os movimentos de acumulação e concentração dos fluxos capitalistas, bem como, se dinamiza com as estratégias de resistência e sobrevivência dos sujeitos sociais, para garantirem a reprodução de suas vidas.

**Palavras-chaves:** Território, história, cultura e espaço urbano nacional.

### ABSTRACT

This present paperwork makes approaches with territory's concept and also with determinations about the history, politic, economic, social and cultural that construct and reconstruct the brazilian urban space. It traces connections with the categories of the culture and history that are sociable vectors with the understanding of the space while locus mediated by the social relations. Therefore, the territory is not inert, on the opposite, it is in movement, transforming and changing in accordance with the accumulation and concentration of the capitalist flows, as well as, it gets stronger with the resistance's strategies and the citizens' social survival, to guarantee the reproduction of their lives.

**Keywords:** Territory, history, culture and national urban space.

---

<sup>1</sup> Estudante de Pós-graduação. Pontifícia Universidade Católica - PUC São Paulo.  
rodrigodiniz\_tdb@yahoo.com.br

## INTRODUÇÃO

Aqui tudo parece que é ainda construção e já é ruína  
Tudo é menino e menina no olho da rua  
O asfalto, a ponte o viaduto ganindo pra lua  
Nada continua [...]  
Reflete todas as cores da paisagem da cidade que é  
Mais bonita e  
Muito mais intensa do que um cartão postal  
Alguma coisa está fora da nova ordem  
Fora da nova ordem mundial [...]  
- Caetano Veloso<sup>2</sup>

O presente trabalho busca estabelecer conexões entre o conceito de território e as diferentes determinações sócio históricas, políticas e culturais da realidade brasileira que incidem sobre a construção e metamorfoses do espaço urbano.

Neste sentido, entendemos que pesquisar esse tema pressupõe um exercício ético e político, pois sinaliza um movimento que envolve interação e mediações entre os sujeitos no processo de reprodução da vida social. Isso significa que a ação investigativa sobre o território envolve os outros (a relação entre os homens), tendo por exigência metodológica escolhas e ações pautadas na responsabilidade do agir ético.

Feitas essas considerações iniciais, sobre a perspectiva ética e política que orienta nossas ações, é preciso expressar que compreendemos o território com base nas relações humanas e culturais.

Isso implica em estudá-lo sob o ponto de vista das relações construídas pelos homens, como sujeitos sociais que constroem e reconstroem suas vidas em espaços heterogêneos, dadas as circunstâncias socioeconômicas a qual todos estamos inseridos.

## TERRITÓRIO E CULTURA: ALGUMAS APROXIMAÇÕES SOBRE O MODELO SÓCIO-POLÍTICO DE URBANIZAÇÃO.

O conceito de território só tem sentido quando podemos compreendê-lo de forma dinâmica, nas faces e interfaces com a cultura, pois se assim não fizermos estamos reduzindo-o a mera divisão geográfica. Entendemos a cultura como um processo organizativo sócio-histórico, que diz respeito às ações e ao modo como os homens se organizam para construir suas vidas (SANTOS, 2007).

<sup>2</sup> Trecho da música "Fora Da Ordem", composta por Caetano Veloso.



Deste modo, a cultura ganha destaque como sinônimo de civilização, manifestada pela formação e educação nos modos de organização da vida. É construída pelos homens como sujeitos dotados de liberdade e razão (consciência), que estabelecem princípios, valores e fins para a condução de suas vidas civis.

A cultura como campo instituído pelos homens cria sentidos e finalidades para as ações dos sujeitos em sociedade, institui um quadro valorativo (ético, estético e político) que norteia os processos de escolhas e ações do cidadão entre bom e mau, verdadeiro e falso, útil e nocivo, justo e injusto, belo e feio, legítimo e ilegítimo, possível e impossível, sagrado e profano (CHAUI, 2004, p. 246).

A cultura age e cria respostas sobre as necessidades materiais e, principalmente espirituais dos homens, tem ação direta na transformação dos costumes, leis, emoções, pensamentos, técnicas, alimentação, vestuário, linguagem, instituições sociais e políticas.

A história/cultura é a manifestação de como os homens por mediação da capacidade ontológica do trabalho produzem sua existência, em determinadas condições sociais, econômicas e políticas. A história evidencia as lutas reais dos homens para a produção e reprodução de condições materiais para sua existência.

Expressa também o movimento das relações sociais, da luta de classes no sistema capitalista, define a divisão social do trabalho, a apropriação privada dos meios de produção, a exploração do trabalho humano, as instituições sociais e políticas para a manutenção da propriedade. Em suma, a história/cultura dá visibilidade ao sentido e as formas de organização social.

Diante desse contexto, é possível compreender que a cultura reúne valores, padrões, modos de vida e trabalho, modos e formas de pensar e dizer que se criam e recriam nas relações sociais. Donde as diversidades, contradições e antagonismos sociais, políticos e econômicos se manifestam pela cultura.

A cultura não é inocente, apresenta especificidades e conjuntos que articulam presente e passado, construções realistas, idealistas, românticas, naturalistas dentre outras (IANNI, 2004, p.140). Como processo de criação e recriação das relações sociais a cultura se manifesta de forma viva, imbricada na vida da sociedade, dos grupos raciais, regionais, religiosos, da burguesia, do operariado e dos setores médios.

Todos esses componentes se edificam na construção e desconstrução dos valores, padrões, ideais e visões de mundo que se magnetizam na cultura. Também não se pode negligenciar que a cultura manifesta o fetichismo das relações sociais, sendo uma



modalidade de alienação no capitalismo desenvolvido, opera a coisificação das relações sociais dadas pelas condições da produção capitalista (NETTO, 1981, p. 75).

Com isso considera-se que as relações sociais, em tempos de capital desenvolvido e globalizado, são alienadas e antagônicas. No Brasil as contradições são ofuscadas, sob a égide de que todos são iguais perante a lei. Mas o povo sabe e vive abertamente as desigualdades sociais, políticas, econômicas, culturais, raciais, religiosas, entre sexo, gêneros etc.

No entanto, há uma falsa aparência de integração nacional, engendrando uma idéia que não existem conflitos entre trabalhadores e capitalistas. É permeada uma falsa integração harmônica entre as classes, fruto da condição alienada das relações sociais e das particularidades do processo de construção da sociedade brasileira.

Apenas na aparência a cultura vigente na sociedade brasileira é “uma” cultura. O que parece ser “uma cultura brasileira” é um complexo de modos de viver e trabalhar, sentir e agir, pensar e falar que não se organizam em algo único, homogêneo, integrado, transparente (IANNI, 2004, p. 145).

Desta maneira, fica claro que não existe uma cultura única e harmônica em nosso país, o que existe são diferentes modos e formas de organização do trabalho e da vida. A relação com os acontecimentos históricos não é a mesma para todos, as lutas sociais não foram e não são vistas de maneira homogênea, as idéias de sociedade brasileira, nação e Estado Nacional mudam de acordo com as condições políticas e interesses dos que detém o poder (IANNI, 2008, p. 146).

A formação social brasileira se desenha sob o âmago de um “desenvolvimento desigual e combinado” (IANNI, 2008, p. 59). Esse processo é tencionado e alimentado por ciclos econômicos em articulação com surtos de povoamento, urbanização e industrialização, que resulta em sucessões de modos contraditórios de organização da vida e do trabalho na sociedade.

Esse processo contraditório desencadeia uma desarticulação complexa de formas organizativas, e ao mesmo tempo uma sucessão de episódios que se repetem continuamente, onde passado e presente se articulam na organização da vida econômica, social e política do país.

O modo da civilidade brasileira é marcado pelas ações sempre verticalizadas e hierarquizadas (de cima para baixo), na qual o povo não se sente representado. A burguesia brasileira é dependente e acomodada aos ditames do capital estrangeiro. É progressista

para os conservadores e conservadora para os revolucionários, não vai além da sua visão endógena de classe (corporativa).

Não tem compromissos com a democracia reivindicada pela classe trabalhadora, e não apresenta um projeto de cunho hegemônico, pois não sabe e não quer interpretar os interesses das outras classes e nem da totalidade social.

A burguesia nacional é autoritária, e sempre que se sente ameaçada recorre aos quartéis e aos aliados internacionais, os golpes de Estado em 1937, 1945 e 1964 demonstram sua agilidade e seu caráter autocrático para garantir a dominação e o poder na sociedade (IANNI, 2008, p. 69).

Esse poder político não sabe interpretar as reivindicações dos trabalhadores, mas sabe conduzir suas idéias, pensamentos corporativos e autoritários para a base das visões de mundo e para as diversas ramificações da cultura nacional. Em outras palavras, o poder político da burguesia implica largamente na cultura em termos da reprodução de seus valores pela arte, ciência, política e filosofia.

Esse ethos (modo de ser) burguês compila e busca a integração de seus valores, princípios, idéias e modos de pensar e agir na vida cotidiana da sociedade brasileira. Incuti sua forma de reprodução como sendo legítima, única e verdadeira para a cultura nacional.

O geógrafo Milton Santos, discutindo o *“Espaço do Cidadão”* (2007, p. 15) elabora crítica ao modelo cívico (cultural) construído em nossa sociedade contemporânea, que está arregimentado pela racionalidade econômica, pressupondo um progresso material dado nas últimas décadas pela expansão do capital financeiro na órbita nacional.

Esse modelo de desenvolvimento está alicerçado na utilização racional da economia em nome exclusivo do lucro, escrevendo o abandono de preocupações teleológicas com base filosófica no homem, valorizando o pragmatismo como instrumento inteligível das codificações das relações humanas.

A economia se apresenta como uma técnica utilitarista para a maximização do chamado mercado, a economia como ciência fica reduzida ao economicismo, indispensável à justificação da ideologia capitalista e a sua materialização, apresentando-se como fruto de um processo modernizante.

Diante desse quadro, Milton Santos (2007, p.20) sinaliza que um novo modelo cívico é urgente e necessário, e deve compreender dois componentes essenciais: a cultura e o território, para que possamos pensar efetivamente em um processo de redistribuição, que seja voltado a justiça social e para a totalidade da população.



Com isso vemos que entender o território não é apenas estudar o espaço geográfico como um dado inerte. Esse estudo exige a compreensão das relações sociais, dos padrões de civilização adotados em nossa contemporaneidade histórica. Exige que possamos entender o processo cultural construído em nossa sociedade nacional e mundial, buscando compreender como a cidadania se processa nos espaços de reprodução da vida.

A cidadania, para Milton Santos, caracteriza-se pelo respeito ao indivíduo, sendo inscrita por um corpo de princípios que se concretizam em direitos individuais e coletivos. Também é uma categoria que se constrói e apreende culturalmente na sociedade.

A liberdade é um princípio indispensável e essencial da cidadania, é uma conquista humana, que deve expressar-se nas instâncias sociais, jurídicas e políticas. A sociedade como um todo deve primar pela objetivação concreta desse princípio valorativo essencial aos homens.

Porém, dadas as condições históricas impostas pelo capitalismo, os Estados Nacionais freqüentemente desrespeitam os indivíduos sob inúmeras justificativas e disfarces econômicos. A dialética das relações sociais expressa uma tensão permanente entre a igualdade, como princípio inexorável a cidadania, e a desigualdade real inerente ao sistema capitalista.

O ideário de cidadania ao longo do tempo foi se ampliando e sendo incorporado culturalmente por meio de lutas classes, sendo que a organização dos trabalhadores foi essencial para o reconhecimento dos princípios norteadores da cidadania. Mas com o avanço do capitalismo corporativo, instrumentalização das relações pessoais e a vitória exacerbada do consumo, como fim de si mesmo, a cidadania é suprimida dos ideais da sociedade.

Na situação brasileira, observando o seu “desenvolvimento desigual e combinado” (IANNI, 2008), sempre atrelado as forças colonizadoras dos países do hemisfério Norte, o impacto dessas relações é negativo na formação da idéia de cidadania nacional. Pois, em nenhum outro país os ciclos econômicos confluentes e dissolventes foram tão brutais e desrespeitosos como no Brasil.

O crescimento econômico fundado em alguns setores produtivos e baseado em certos lugares, adensa a concentração de riquezas e as injustiças de sua distribuição entre pessoas, classes e lugares de vida. Esse modelo cívico apela para o consumo exacerbado, planeja um crescimento delirante e fantasioso, que agrava as desigualdades e legitima as distorções nacionais.



Com base nas receitas capitalistas de desenvolvimento e exploração, o Brasil cria um modelo territorial baseado nas diretrizes econômicas correspondente à concentração da população em algumas poucas áreas urbanas. Assim, a formação de grandes metrópoles se processa no momento em que existe a migração de consumo, muito mais do que trabalho que opera o esvaziamento demográfico de outras áreas.

O sudeste brasileiro é a manifestação típica da construção cultural do território sobre os ditames do capitalismo, donde megalópoles concentram a teia da produção e do consumo nacional. Esse processo de urbanização é segregador e impõe à cidade um amontoado de signos aparentemente desconexos, mas que agem conjuntamente para limitar a ação consciente do sujeito, impondo a alienação urbana como fundamento para a ordem coerente da produção.

Esse padrão cultural engendra um conflito entre liberdade e dominação, no qual os indivíduos reproduzem instintos, valores e padrões de comportamento que contraditoriamente os impedem de serem livres. A dominação torna-se universal e autônoma, dada pelo conjunto econômico, político e cultural baseado no economicismo.

A urbanização enraizada pelo desenvolvimento capitalista engendra um combate a cultura popular, a avalanche consumista deteriora as relações de solidariedade, substituindo-a pela competitividade. O cidadão (morador e portador de direitos na cidade) metamorfoseia-se em consumidor.

Os pobres desenraizados de sua verdadeira cultura são levados ao consumo que não podem exercer, dada a desigual distribuição da riqueza socialmente produzida, são considerados como nulos de significado econômico, mas úteis a reprodução da exploração urbana.

Na cidade, sobretudo na grande, os cimentos se dissolvem e mínguem as solidariedades ancestrais. Ali onde o dinheiro se torna a medida de tudo, a economização da vida social impõe uma competitividade e um selvagerismo crescentes. As causas dos males aparecem como fossem a sua solução, círculo vicioso que escancara as portas das favelas para a cultura de massas, com o seu cortejo de despersonalização, e a substituição dos projetos pessoais saídos da cultura, isto é, de dentro do indivíduo, por outros projetos elaborados de fora deste mesmo indivíduo, projetos decididos a conquistar todo mundo pela força da propaganda (SANTOS, 2007, p. 29).

Desta forma, o espaço vivido pelos homens consagra as desigualdades e injustiças, sendo o espaço sem cidadãos. O solo urbano e rural manifesta a ausência de cidadania em extensas áreas desprovidas de equipamentos públicos como hospitais, postos de saúde,



escolas de formação básica e superior, centros de referência de assistência social, enfim, áreas desprovidas de serviços essenciais a reprodução digna da vida.

O direito de morar, também passa pela confusão da ideologia promovida pelo consumo, quase sempre é confundido com o direito de ser proprietário de uma casa. As cidades distribuem seus espaços sob o ponto de vista da racionalidade dos negócios imobiliários, que impede o planejamento urbano na totalidade de suas relações. Os espaços urbanos são pensados, criados e transformados para atender e servir a economia e não a sociedade e seus homens.

A percepção do espaço é sempre parcial, truncada, fragmentada e humanamente desvalorizada, sofre com as pressões desenfreadas do processo de globalização. O espaço territorial é marcado pelas forças modeladoras da sociedade, equivale dizer que o espaço é truncado pelas finalidades cegas do mercado. Essa relação indissociável entre finalidade econômica e espaço, revela um território pautado e conduzido pela alienação e vazio de significados humanos.

No entanto o território é mais que um conjunto de construção sob o qual trabalhamos, moramos, circulamos e passamos o tempo. O espaço apresenta um dado simbólico, lingüístico regional, uma cultura herdada pelo uso do solo, que está em um constante processo de mudança e adaptação com a cultura e com as influencias globais. E quando esse processo é revelado pela análise crítica e consciente a alienação tende a ser desmistificada, cedendo lugar ao entendimento e as possibilidades de novas significações.

As cidades devem ser entendidas como espaços de revelação, possíveis de serem sentidas e compreendidas como espaço de vínculos e criação de sociabilidades humanas, além das proposições alienantes do consumo da vida urbana. Essa compreensão é necessária para que possamos codificar e entender as mediações presente na realidade.

## CONCLUSÃO

A desigualdade social/territorial sinaliza que urbanização brasileira, escrita na vulnerabilidade e na exclusão social, faz parte de um processo diversificado do crescimento econômico incompleto, elitista e predatório marcando a pobreza, sistemas públicos precários e fragilidade do Estado em seus atributos básicos.

Desta maneira, entender a cidades e o território brasileiro pressupõe um esforço de romper com a idéia de um grande objeto insólito, como uma amálgama de cimento e lugares vazios. É preciso entendê-la como um modo articulado de vida, que perpassa pelas diversidades e particularidades da história e da política nacional.





Contudo, o estudo do território tem de estar alicerçado na noção de direitos, na busca pelo direito a uma vida digna para todos os homens, independente do lugar que se encontrem, seja na cidade ou no campo, no centro ou na periferia. Na ampliação do direito do acesso aos bens produzidos socialmente, sem os quais a existência não pode ser cidadã.

Essa construção cultural pressupõe uma “pedagogia urbana” (SANTOS, 2007, p. 161), voltada para a emancipação do trabalhador, que esteja disposta a discutir, refletir e codificar o emaranhado das relações de opressão e exploração do homem urbano. Que possa tecer suas apreensões considerando o homem como um ser social, e não como instrumento econômico.

Considera-se que uma organização civilizatória (cultural) é necessária, donde valores éticos concretos possam se transformar nos valores norteadores do processo civilizatório, o que significa reconstruir a sociabilidade a partir de novos fins e fundamentos. Onde o homem possa ser livre, gozar do espaço territorial com dignidade, num desenvolvimento da participação coletiva e eliminação de todas as formas de opressão.

## REFERÊNCIAS

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez, 2008.

CHAUI, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 2004.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IANNI, Octávio. **A idéia de Brasil Moderno**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

KOGA, Dirce. *Cidades entre territórios de vida e territórios vividos*. In: **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano XXIII, nº. 72, novembro de 2002.

KOWARICK, Lúcio. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.



NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64.** São Paul: Cortez, 1991.

SANTOS, Milton. **Encontros: entrevista com Milton Santos.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão.** 7. ed. São Paulo: EDUSP, 2007.